

Ler o avesso da modernidade: uma reflexão clínica sobre raça e colonialidade.

Reading the reverse side of modernity: a clinical reflection on race and coloniality.

SILVIA BADRA
TAINÁ PINTO

RESUMO:

Neste trabalho partimos do pressuposto de que a teoria precede a clínica. Dessa forma, interrogamos os possíveis efeitos clínicos nefastos de uma teorização psicanalítica que não problematize a questão racial e suas especificidades em nosso território brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: raça – colonialidade – poder.

ABSTRACT:

In this work, we start from the assumption that theory precedes clinical practice. Consequently, we question the potential harmful clinical effects of a psychoanalytic theorization that does not problematize the racial issue and its specificities in our Brazilian context.

KEYWORDS: race – coloniality – power.

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.¹

Partindo de um trabalho de escuta realizado com um grupo de mulheres bordadeiras e crocheteiras na periferia da capital brasileira, e considerando uma psicanálise lacaniana que se pretende desbiologizante e pautada pela primazia do significante, gostaríamos de problematizar nesse trabalho o lugar que a modernidade oferece ao corpo negro de uma mulher.

Alinhadas com a proposta de Dutra² de que a teoria cria a prática, ou ainda, de que a clínica psicanalítica advém de uma hipótese teórica, nos interessa pensar como uma teoria psicanalítica que não articule minimamente noções sobre territórios, colonialidade do poder, raça e gênero acabará por produzir uma clínica que naturaliza e perpetua violências históricas.

Partimos do pressuposto de que pensar a psicanálise desde o Brasil implica considerar especificidades históricas e disputas políticas do território em questão. Daí propomos que não se pode tentar pensar a situação da psicanálise no Brasil hoje sem que se aborde a questão da colonialidade e as violências aí naturalizadas. Por isso tomamos a raça como uma questão central de nossa reflexão.

Considerando os primeiros versos do poema de Conceição Evaristo que tão agudamente trazem a questão da transmissão oral, perguntamos: qual o lugar que a modernidade oferece ao corpo negro? “A voz de minha bisavó/ecoou criança/ nos porões do navio/ ecoou lamentos/ de uma infância perdida”.³ Qual é a resposta oferecida pelo próprio poema senão essa: os porões do navio. Uma espacialidade que não cessa de se replicar em diferentes contextos de nosso país.

¹ Evaristo, C. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017. pp. 24-25.

² Dutra, F. (2021). Formação em psicanálise. *O rei está nu: Revista para a uma psicanálise por vir*. Ano1, n.º 1. pp. 33-47.

³ Evaristo, C. (2017). Op. cit. pp. 24-25.

Com a intenção de seguir os silenciados ecos dessas vozes convidamos para o texto a voz de mais uma poeta. Num ensaio crítico sobre a escrita feminina intitulado “Bordado e costura do texto”, a poeta argentina, Tamara Kamenszain, propõe que se a escrita e o silêncio se reconhecem um ao outro nesse caminho que os separa da fala, a mulher, silenciosa por tradição estaria próxima da escrita: “Silenciosa porque seu acesso à fala nasceu no cochicho e no sussurro, para desandar o microfônico mundo das verdades altissonantes”.⁴ E aqui relembramos a potência do que se pode transmitir soando baixinho em Evaristo: “A voz de minha mãe/ ecoou baixinho revolta/ no fundo das cozinhas alheias”. Kamenszain também propõe que com a sussurrante conversa de mulheres foi se criando uma corrente inquebrantável de sabedoria por transmissão oral, nunca coletada em livros.

Mestra de escritores, seria ela, a mulher, quem imprimiria ao lar o sem sentido prazeroso da conversa, o espaço artesanal, obsessivo e vazio das tarefas diárias. Desse modo, para Kamenszain, costurar, bordar, cozinhar, limpar, seriam diferentes formas de dizer: escrever. O que seria possível ler desse saber que se articula em sussurros?

No mesmo texto a autora afirma que: “Seguindo mais a tradição oral das avós que a tradição impressa da academia, algumas mulheres viraram o discurso teórico para trabalhá-lo do lado avesso. Familiarizadas com as costuras, souberam que toda construção apoia suas bases em um tecido não discursivo”.⁵ Iremos nos ancorar nessa afirmação da poeta de que é possível ler o avesso de uma construção para esboçar uma reflexão sobre a modernidade e a colonialidade a partir do ensaio do pensador camaronês Achille Mbembe⁶ intitulado: *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*.

Nesse ensaio, Mbembe nos aponta que boa parte da crítica política contemporânea tornou o conceito de razão um dos elementos mais importantes tanto do projeto de modernidade quanto do exercício da soberania. A ele interessa pensar a soberania que se valendo de certa noção de autonomia, liberdade e razão, nada mais é do que o exercício de destruição material de determinados corpos humanos e populações. Ele propõe que a expressão máxima da soberania residiria, em grande medida, **no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer**. O autor pensa a política como um trabalho de morte, uma forma de guerra; e a guerra como uma maneira de alcançar a soberania enquanto exercício do direito de matar. Dessa forma, ser soberano é exercer o poder de matar, exercer controle sobre a mortalidade.

Para Mbembe a soberania exercida, por exemplo, nos campos de morte nazista estaria longe de ser uma exceção ou um pedaço de “insanidade prodigiosa”, ela constituiria o próprio nomos do espaço político em que vivemos hoje. Como aponta o autor, muitas premissas materiais do

⁴ Kamenszain, T. (2015). Bordado e costura do texto. Em *Fala, poesia*. Rio de Janeiro: Azougue. p. 17.

⁵ Ibidem. p. 20.

⁶ Mbembe, A. (2018). *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1edições.

extermínio nazista podem ser encontradas no imperialismo colonial, em ambos ele destaca a serialização de mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte. Para o autor, as câmaras de gás e os fornos seriam apenas o ponto culminante de um longo processo de desumanização e industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno.

Ou seja, não parece possível falar de modernidade sem atentar para o avesso que sustenta essa construção: A racionalidade instrumentalizando a industrialização da morte. Como matar mais gastando menos, como melhor administrar o extermínio da vida. Talvez possamos dizer, com as palavras de Conceição Evaristo, que aquilo que Mbembe expõe nesse ensaio é a razão dos “brancos-donos de tudo”. Como afirma Mbembe: “A conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido”.⁷ Aí testemunharíamos a síntese entre massacre e burocracia – “essa encarnação da racionalidade ocidental”.⁸

Parece-nos importante destacar da reflexão de Mbembe que tal racionalidade sustenta-se numa determinada ficção de outro que ela mesma trabalha para produzir. Justamente a ficção do outro como inimigo político cuja existência é um atentado a minha vida, o outro como perigo absoluto cuja eliminação biofísica reforça o meu potencial de vida. Segundo o autor, esse é um dos muitos imaginários de soberania característico tanto da primeira quanto da última modernidade.

Para Mbembe a raça seria a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente. E a função do racismo, enquanto tecnologia destinada a permitir o exercício do poder, seria regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do poder estatal ou paraestatal. O que nos leva a interrogar: por que a questão racial é tão pouco problematizada pela teoria psicanalítica?⁹ Por que ela permanece à sombra? Qual o pacto implícito nesse apagamento?¹⁰ A quem interessa uma teoria que anula a temática racial ou a toma como algo lateral e dispensável?

Importante destacar que a questão do poder não é um tema excêntrico à psicanálise. Para exemplificar mencionamos, rapidamente, Lacan¹¹ no texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”. Logo no início ele afirma que a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder. Ali ele aponta o quanto uma análise torna-se campo de exercício de poder do analista sobre o analisante quando, por exemplo, o primeiro impõe sua ideia de realidade ao segundo; quando interpreta a transferência

⁷ Mbembe, A. (2018). Op. cit. p. 32.

⁸ Ibidem.

⁹ Guerra, A. (2021). Branquitude e Psicanálise: segregação racial e a matriz colonial do saber. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 230, ano XXI. pp. 55-67.

¹⁰ Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras.

¹¹ Lacan, J. (1958/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

como resistência do segundo; ou quando uma análise se propõe a uma espécie de adestramento do eu.

Em algum momento do texto, referindo-se a Freud, ele dirá: “Pois ele [Freud] reconheceu prontamente que nisso estava o princípio de seu poder, no que este não se distinguia da sugestão, mas também que esse poder só lhe dava a solução do problema na condição de não se servir dele, pois era então que assumia todo o seu desenvolvimento de transferência”.¹² Parece-nos fundamental destacar deste trecho a direção apontada por Lacan: A condição para que uma análise opere é justamente a de que o analista se retire do exercício do poder que a configuração analítica lhe propicia, ou seja, a condição é não servir-se dele.

Postas essas questões, acreditamos que uma teoria psicanalítica que se proponha desbiologizante e pautada pela primazia do significante não tem como esquivar-se de pensar e interrogar o vácuo e o silêncio em que a questão racial sistematicamente recai a cada vez que é evocada. É urgente considerar os efeitos implicados na importação de uma prática e de uma episteme europeia. Quando não se consideram as especificidades dessa recepção em nosso território, corremos o sério risco de aderir acriticamente a uma teoria que fundará e criará a nossa prática clínica.

Especificamente num país onde insiste a falácia de certo "mito da democracia racial",¹³ silenciar diante desse tema é também uma maneira de seguir violentando a história. É consentir e repetir com o que Cida Bento nomeia de “atos anti-humanitários” cometidos no período da escravidão, período que, como ela bem nos lembra, corresponde a 4/5 da história do país.¹⁴ Não querer saber nada disso talvez seja o grande sintoma da branquitude brasileira que se apaga enquanto referente e racializa o outro, o “diferente”, o negro, o indígena, como se branco não fosse raça.

Uma escuta clínica descompromissada com tais marcos históricos corre o risco de ler as queixas que se referem ao corpo, a cor, aos incômodos que clamam por um nicho de reconhecimento, como queixas referentes ao imaginário de um ideal de eu, apenas. Corre-se o risco de minimizá-las como meras reivindicações identitárias. O que escutamos na clínica com mulheres negras são significantes que delimitam determinados lugares historicamente aprisionadores no nosso país. Na nossa falsa ideia de uma miscigenação bem resolvida, precisamos pensar de que forma o compromisso com uma psicanálise transformadora pode estar se esquivando e contribuindo para perpetuar “cadeias” não só discursivas, como também corpóreas.

¹² Ibidem. p. 603.

¹³ Fernandes, F. (2013). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global.

¹⁴ Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras. p. 24.

Como considerarmos na episteme proposta pela APOLa, uma clínica Amefricana com a qual nos interpela Lélia González? Autora que tão bem interpreta a realidade do país e tão aguçadamente realiza um diagnóstico de época ao tomar o racismo como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira¹⁵ – obs.: Amefricana é um termo que o *Google* não cessa de não permitir ser inscrito mudando para americana a toda digitação, nada por acaso. O neologismo proposto por Lélia traz uma possível porta de entrada para pensarmos as particularidades do comprometimento da escuta analítica ajustada a nossa língua que ela nomeia como "Pretuguês". Afinal, a língua que falamos aqui não é o fidedigno português de Portugal. A seguir trazemos um fragmento de uma clínica que se propõe Amefricana:

Mércia, uma das participantes desse grupo de bordado e crochê que acompanhamos no Recanto das Emas, periferia de Brasília, tem duas filhas, Daniela e Larissa. Mércia teve Daniela aos 17 anos com um companheiro não tão escuro quanto ela, segundo palavras dela, Daniela é considerada branca, pois é a mais clara entre todos da família. Mércia parou de estudar aos 13 anos e relata que um fato determinante nessa desistência foram os excessos de piadas e chacotas, especialmente relacionadas à altura do seu cabelo *black-power*, que por mais que cortasse “só crescia para cima”. Mércia teve uma infância muito pobre e não havia o menor recurso para alisá-lo e nem para mantê-lo sempre “tosado” (importante observar que ‘tosar’ é um verbo usado para se referir aos pelos de animais e que ela utiliza para dizer de si). Sendo assim, a falta severa de recursos nesse caso passa tanto pelo âmbito financeiro, quanto simbólico, para cavar outra realidade para si.

Mércia chegou a passar fome para criar Daniela, nunca teve uma renda fixa, nunca teve condições de viver sem o auxílio assistencial do governo e, ao longo do seu tratamento, se refere a vários episódios de extremo desespero, em que teve que vender as próprias roupas e alguns poucos objetos de enfeite de seu barraco para comprar leite para Daniela. Mércia já tentou alguns empregos fixos, mas sempre pouco duradouros, contribuindo para o fato de se sentir descartável socialmente, assim como em suas relações amorosas.

A filha, Daniela, conseguiu um emprego aos 18 anos como jovem aprendiz com carteira assinada e diz que estuda para não ser como a mãe, estuda para “ser alguém na vida”. Frase que permeia o atrito entre mãe e filha e que revela valores que estão em pauta na nossa sociedade como forma de reconhecimento do outro. Parece-nos importante aqui retomar Mbembe em sua consideração de que o colonizado é relegado a uma terceira-zona entre sujeito e objeto, ele não é alguém, ou, é alguém “descartável”.¹⁶ Se para ele soberania é a capacidade de repartir o mundo

¹⁵ González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 76.

¹⁶ Mbembe, A. (2018). Op. cit.

entre quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é, então testemunhamos a reprodução dessa violenta lógica hierárquica no interior da própria família.

A partir do momento em que consegue um emprego, Daniela sente conquistar novo estatuto social: o de “fichada”. O que quer dizer: ter a carteira de trabalho assinada. Em seu contexto isso implica um importante tipo de reconhecimento, posto que a insere numa formalidade, num pertencimento institucional aos olhos do estado. Fato que acentua, aos olhos da filha, a desvalorização da mãe.

Importante observar que “ser fichado” em outros contextos poder ser um termo utilizado para significar “ter passagem pela polícia”. Essa coincidência nos faz considerar que essa não deixa de ser uma porta de entrada para um pertencimento institucional no nosso país; não deixa de ser uma forma de conseguir algum reconhecimento do Outro.

A dupla mãe e filha, em vez de se unirem e se ampararem mutuamente, desencadeia numa classificação familiar entre “ser ou não ser alguém” aos olhos do Outro. A segregação em sua lógica de *apartheid* se reproduz na família e culmina com Mércia dizendo para Daniela ir morar com a madrinha.

Ao relatar, com muita rigidez de sentimentos de ódio e de indignação pelo que escutou da filha, Mércia só consegue repetir: “Mas eu sou alguém... sou uma preta desempregada, mas eu sou alguém...”. Digo a ela: “Sim, você é alguém, inclusive, que conseguiu, da sua maneira, com todo o desamparo do pai dela, ajudá-la para que ela esteja no caminho de ser esse ‘outro alguém’ que almeja ser, e você tem parte nisso. Pena é não poderem reconhecer isso, e celebrarem juntas a conquista que não é apenas dela.”

A partir daí Mércia consegue retomar cenas antigas e doloridas. Momentos em que a madrinha de Daniela marcava passeios no *shopping* para dar presentes para elas. Mércia chora ao lembrar, pois destes passeios ela coleciona olhares e falas traumatizantes que inequivocamente a inferiorizavam. Como: “Você é a babá? Ah, pensava que ela fosse a mãe”, apontando para a madrinha.

Daniela tem traços da mãe, mas tem a pele mais clara assim como de sua madrinha que paga tudo à criança. Mércia se vê atropelada pelos ecos históricos sociais que fazem arder ainda mais sua ferida narcísica constitutiva. Ferida instaurada na nossa cultura por todo o imaginário da hegemonia da branquitude colonizadora e que se atualiza em cenas do nosso cotidiano. Mércia sente na pele o quanto um corpo negro não é bem-vindo num espaço embranquecido, o quanto um corpo negro não pode simplesmente passear num *shopping*.

Ser “mulher, preta e pobre” neste caso não nos parece que possam ser classificações significantes naturalizados dentro de uma escuta clínica na nossa sociedade, pois a melanina como

signo de certos corpos delimitou significantes na nossa cultura de forma particularizada, diferentemente de outros países e outras realidades em termos de racismo e colonialidade, produzindo redes de significantes e significações que printam ainda os psiquismos e delimitam, ou até interditam, seus corpos em determinados espaços de circulação.

Fica claro como a matriz significante histórica ainda marca fortemente as bases interpretativas do lugar que atribuímos até hoje aos sujeitos de pele negra. Ela sela olhares em uma determinada posição histórico-social, olhares que sustentam imperativos estéticos com um peso significativo e entram circuitos de afetos que apenas se repetem em outras roupagens. No caso de Mércia, testemunhamos como significantes que perpassam as nossas origens escravagistas trazem consigo a delimitação de espaços de circulação e aprisionam corpos e subjetividades a um estado de inferioridade e subserviência.

BIBLIOGRAFIA:

1. Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das letras.
2. Dutra, F. (2021). Formação em psicanálise. *O rei está nu: Revista para a uma psicanálise por vir*. Ano 1, n.º 1. pp. 33-47.
3. Evaristo, C. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê.
4. Fernandes, F. (2013). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global.
5. Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
6. Guerra, A. (2021). Branquitude e Psicanálise: segregação racial e a matriz colonial do saber. *Revista Espaço Acadêmico*, ano XXI, n.º 230. pp. 55-67.
7. Kamenszain, T. (2015). Bordado e costura do texto. Em *Fala, poesia*. Rio de Janeiro: Azougue.
8. Lacan, J. (1958/1988). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. Em *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
9. Mbembe, A. (2018). *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1edições.

SILVIA DABRA

Psicanalista e pesquisadora. Mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília. Sócia APOLa Sociedade Psicanalítica.

E-mail: silviabrada1@gmail.com

TAINÁ PINTO

Psicanalista e pesquisadora. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Estágio Doutoral Université Denis Diderot Paris 7. Sócia de APOLa Sociedade Psicanalítica. Pesquisadora convidada do Centro Outrarte.

E-mail: tainahop@gmail.com